



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 043/2008
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

Aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às 09h30min (nove horas e trinta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima vigésima reunião do Conselho de Administração, sendo a oitava reunião extraordinária. Presidiram a mesa os conselheiros Omar Azambuja Condotta, como presidente, e Maris Regina Vieira Honaiser, como Secretária. Estavam presentes os conselheiros titulares Adriana Nunes Paltian, Alexandre Dias Abreu, Carlos Adolfo Bernd, Gilmar Cardoso dos Santos, Liége Mentz, Lourdes Veneranda Camaratta e Sérgio Luiz Brum e os conselheiros suplentes Neuza Maria dos Santos Nunes, Carlos Leandro Ransan, Zaira Felipe Soutinho, Carlos Alberto Neis, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, Augusto César Pio de Almeida e Cláudio Alano Pereira. Estava presente também o Diretor Administrativo-Financeiro Alex Fernando da Trindade. Iniciada a reunião o presidente Omar sugere a inversão da ordem dos trabalhos, iniciando a sessão com a apresentação do relatório do processo n.º 001.060469.08.0. Aberto espaço para informes, o Diretor Administrativo-Financeiro Alex Fernando da Trindade comunica que na assembléia do SIMPA, de 18.12.2008, foi discutida a questão da utilização dos recursos do COMPREV e deliberado que se organize seminário a respeito de temas previdenciário e também que seja solicitado os dados consolidados do fluxo de caixa da Prefeitura referente ao mês de novembro de 2008. Passando para o primeiro ponto de pauta a conselheira Liége apresenta o relato do processo n.º 001.060469.08.0, que se refere ao pregão eletrônico para aquisição de 06 microcomputadores, opinando pela aprovação da contratação, tendo em vista que atende os requisitos legais estabelecido pela Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. O conselheiro Sérgio Brum manifesta que o preço unitário de R\$ 2.500,00 para cada computador, com capacidade de 2 GB. O valor foi estimado pelo preço praticado no mercado e a PROCEMPA é a responsável pelas especificações técnicas. Explica que não se opõe à contratação, mas considera que a Administração deve atentar que há produtos por menores preços disponíveis no mercado. Explica que as empresas que participam das licitações são empresas especializadas, que tem de se submeterem aos prazos para pagamento pela Administração e as especificações técnicas da PROCEMPA. Considera que poderiam ser adquiridos computadores com uma capacidade um pouco menor e com preços mais baixos que mesmo assim seriam suficientes para atender às necessidades do Município. Observa que a Administração não altera esta rotina das Licitações em função da fiscalização pelo TCE/RS. Considera que se fossem buscados outros fornecedores haveria economia, pois freqüentemente é o mesmo grupo de empresas que participam das licitações e parte disto é em função das especificações técnicas da PROCEMPA. Entende que deve-se zelar para não haver desperdício dos recursos dos contribuintes. O presidente Omar pergunta qual o valor máximo estipulado. A relatora Liége responde que foi estimado o valor unitário de R\$ 2.500,00. Após as manifestações o relatório foi aprovado por doze votos favoráveis, havendo uma abstenção. Em seguida o presidente Omar comunica o recebimento do processo n.º 001.063408.08.2, relativo ao convênio entre PREVIMPA e Administração Centralizada para contratação seguro de vida para servidores os ativos do PREVIMPA. O conselheiro Carlos Ransan foi designado relator, sendo acordado que o relato será apresentado na próxima sessão. Passando para o último ponto de pauta o Diretor Administrativo Financeiro Alex da Trindade refere que na semana passada apresentou a política de investimentos do PREVIMPA, o resumo do cenário

49 financeiro atual e como os recursos do PREVIMPA serão investidos. Refere que a proposta foi
50 encaminhada à Direção-Geral que remeteu para análise do conselho de Administração. Em seguida
51 explica sobre a orientação dos investimentos explicando os percentuais aplicados em renda fixa e
52 em renda variável. Informa que os investimentos são feitos junto a bancos oficiais de acordo com a
53 orientação do TCE/RS. Explica ainda que a Reserva Garantidora é investida em títulos públicos e os
54 recursos do COMPREV são aplicados em investimentos de liquidez imediata diante da necessidade
55 de utilização e a fim de não perder rendimentos quando dos resgates. O conselheiro Sérgio Brum
56 pergunta se o PREVIMPA poderia investir no mercado imobiliário, diante da perspectiva de
57 crescimentos deste mercado. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade explica que
58 não é permitido investir em imóveis somente em fundos referenciados. A conselheira Adriana
59 complementa que não nos é permitido devido ao custo de manutenção e por ser um investimento
60 com baixa liquidez. O presidente Omar discorda que os recursos do COMPREV sejam aplicados
61 em investimentos de liquidez imediata. O conselheiro Sérgio Brum solicita esclarecimentos quanto
62 aos recursos do COMPREV. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade explica que os
63 recursos aplicados em investimentos de liquidez imediata apresentam a data de resgate como
64 d0. Devido aos recursos serem utilizados para pagamentos de benefícios são aplicados com
65 possibilidade de resgate imediato a fim de evitar prejuízos, enquanto a reserva garantidora sim, esta
66 é aplicada em títulos públicos. O conselheiro Sérgio Brum solicita esclarecimentos quanto ao total
67 de recursos do PREVIMPA, inclusive quanto aos recursos que a Administração deve em função da
68 Lei 510/04. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade explica que os dados que estão
69 sendo apresentados se referem ao Regime de Capitalização, que são segregados do Regime de
70 Repartição Simples. Explica que o total de R\$ 110.324.039,39 se refere ao regime de capitalização.
71 O conselheiro Sérgio Brum solicita esclarecimentos quanto aos recursos repassados pela
72 Administração referentes à cobertura do déficit do Regime de repartição Simples. O Diretor
73 Administrativo Alex Fernando da Trindade explica que foram repassados R\$ 4.000.000,00 sendo
74 que o déficit mensal é de R\$ 12.000.000,00. Acrescenta que a reserva garantidora é um valor baixo
75 em relação às despesas para pagamento de pessoal. O presidente Omar manifesta, que embora a
76 intenção da reserva garantidora seja boa seu valor não chegará a cobrir nem duas folhas de
77 pagamento no ano de 2014. A conselheira Adriana expõe que a intenção realmente é boa, mas não
78 resolverá a questão. Referenda a manifestação do Diretor Administrativo-Financeiro Alex da
79 Trindade quanto à divisão entre regime de repartição simples e regime de capitalização comentando
80 que até é contraditório haver uma reserva para regime financeiro de caixa. O Diretor
81 Administrativo-Financeiro Alex da Trindade expõe que na próxima semana teremos a apresentação
82 do cálculo atuarial e considera fundamental a discussão quando da apresentação. O conselheiro
83 Sérgio Brum manifesta que quando ingressou na Prefeitura não tinha que contribuir para
84 previdência assim considera que o aporte do período em que os servidores não contribuíam é de
85 responsabilidade da Administração. O presidente Omar manifesta que esta é uma obrigação
86 constitucional, o ente pagador deve fazer a cobertura referente ao regime financeiro que não foi
87 capitalizado. Discorda do fato da Prefeitura por um lado anunciar superávit e por outro solicitar
88 recursos para pagamento de benefícios. A conselheira Lourdes manifesta que esta situação de só o
89 ente pagador contribuir para previdência não se sustenta. O conselheiro Carlos Ransan corrobora
90 que seria interessante que houvesse vinculação de alguma receita. O conselheiro Gilmar manifesta
91 que já foi sugerido receita de estacionamento, e esta questão poderia ser pautada. O presidente
92 Omar manifesta que, em tese, a utilização dos recursos do COMPREV depende do Conselho de
93 Administração, dessa forma sugere que fossem aplicados em títulos públicos assim como a maioria
94 dos recursos do PREVIMPA. A conselheira Adriana discorda, pois desta forma seremos obrigados
95 a resgatar os recursos até mesmo obtendo rendimentos negativos. Assim estaremos de antemão
96 sujeitando-nos a ter prejuízos. Explica que desde 2003 o Governo inclui os valores do COMPREV
97 no fluxo de caixa e não vai alterar esta rotina devido os recursos estarem aplicados em título
98 públicos. O conselheiro Carlos Ransan complementa que esta situação inclusive já ocorreu em

99 2003. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade referenda a manifestação da
100 conselheira Adriana, explica que todas as decisões do comitê de investimento são visando não ter
101 prejuízos. Embora a decisão seja do Diretor-Geral submetida à análise por este colegiado, se os
102 recursos do COMPREV forem investidos em títulos públicos estaremos propiciando que o
103 PREVIMPA venha a ter prejuízos. O presidente Omar refere que foi convencido com os
104 esclarecimentos; em seguida pergunta sobre os limites em termos de rentabilidade para resgate dos
105 investimentos em renda variável. O Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade relata que
106 esta é uma discussão que o comitê constantemente se depara, inicialmente foi estabelecido que o
107 retorno deveria atingir o percentual de 30%, que era uma meta factível diante da situação do
108 mercado financeiro à época. Neste ano tínhamos recursos aplicados em renda variável que já
109 atingiam rendimento em torno de 23% e a tendência era ainda de crescimento, inclusive dois fundos
110 de renda variável atingiram rendimentos superiores à meta de 30%. Explica que em função de
111 informações acerca de descoberta de bacias de petróleo pelo presidente da ANP a expectativa era
112 rendimentos ainda maiores. Desta forma optamos em não resgatar os recursos na perspectiva de
113 maiores rendimentos. Em seguida o presidente da ANP informou que não estava tão certo desta
114 informação; assim as ações baixaram. Na semana seguinte uma nova bacia foi descoberta e as ações
115 entraram em alta. Observamos assim que o mercado apresenta um comportamento cíclico em
116 função de informações sobre a economia. Ocorre que o banco HSBC publicou o balanço de sua
117 carteira de investimentos em imóveis mostrando falência de algumas empresas e a partir daí o
118 houve uma retração do mercado financeiro. Aprendemos com estes fatos que precisamos ter uma
119 estrutura no PREVIMPA voltada exclusivamente para acompanhamento do mercado financeiro,
120 como monitoramento diário, da mesma forma como as instituições bancárias possuem. Não
121 podemos afirmar que se tivéssemos uma estrutura não teríamos perda, mas a situação ocorrida
122 apontou esta necessidade. Manifesta que o Comitê enquanto órgão de assessoramento da Direção-
123 Geral precisa rever suas metas e acompanhar os indicadores a fim de não se perder o foco. A
124 conselheira Maris corrobora que para se ter maiores retornos também é preciso arriscar. O
125 presidente Omar considera que a aplicação em renda variável por si só já é um risco, considerando
126 que a meta em 30% é muito elevada. A conselheira Adriana explica que em 2007 estava se
127 vivendo um momento diferente na economia. Explica que somente aplicação em títulos públicos
128 não garantiria que atingiríamos a meta atuarial. Tudo que aconteceu no cenário econômico serviu
129 para aprendermos e a meta estipulada em 30% era em função da situação do mercado á época. O
130 Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade explica que as bolsas já estão tendo uma
131 recuperação e acredita que em 2009 a situação estará mais estável, também em função das ações do
132 Governo. A conselheira Adriana explica que neste momento os títulos têm apresentado bons
133 rendimentos embora para a economia real não seja tão positivo, explicando que a nossa política de
134 controle da inflação se dá através da política monetária. Em sua opinião no primeiro semestre de
135 2009 ainda teremos uma situação difícil que se equilibrará a partir do segundo semestre. O
136 conselheiro Cláudio Alano observa que os integrantes do comitê de investimento estão
137 apresentando uma visão otimista e informa que nesta data foi noticiado o corte de recurso para o
138 Plano de Aceleração de Crescimento. O Diretor Administrativo Financeiro Alex da Trindade
139 explica que a previsão é otimista devido aos indicadores que demonstram à situação do Brasil no
140 cenário Mundial. Relata que nossas instituições bancárias apresentaram altos rendimentos, o índice
141 de desemprego diminuiu, o país está no 8º lugar em termos de produção automobilística. Inclusive o
142 governo abriu mão da arrecadação do IPI a fim de aumentar o consumo de automóveis. Refere que
143 esta é a primeira crise em que os parques das montadoras esvaziam para consumo interno. Enfim, a
144 economia continua “aquecida” e o país está em crescimento. Considera que as empresas que estão
145 sendo prejudicada são as que exportam para o eixo Euro - Estados Unidos. A conselheira Neuza
146 manifesta que já tem ouvido notícias que o setor automobilístico está demitindo funcionários. A
147 conselheira Adriana explica que o Governo também utilizou política fiscal para manter o mercado
148 automobilístico aquecido e tem se esforçado neste sentido. Manifesta que este foi o primeiro ano da

